



Número: **0600446-77.2020.6.16.0137**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Thiago Paiva dos Santos**

Última distribuição : **05/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600446-77.2020.6.16.0137**

Assuntos: **Pesquisa Eleitoral - Registro de Pesquisa Eleitoral**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600446-77.2020.6.16.0137 que, revogou em toda a sua extensão a liminar concedida (ID 24589902) e julgou improcedente a impugnação apresentada na inicial para o fim de confirmar a regularidade registrada sob o nº PR-01130/2020, aos termos da Resolução TSE nº 23.600/2019, e, de consectário, julgou extinto o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. (Representação, por pesquisa eleitoral irregular/impugnação ao registro, com pedido liminar nº 0600446-77.2020.6.16.0137, proposta pela proposta pela Coligação Unidos Para Inovar (MDB-CIDADANIA), em face da empresa C. Do Amaral Pesquisas, argumentando que a pesquisa em comento, registrada sob nº PR-01130/2020, para Prefeito em Paçandu/PR, registrada em 24/10/2020, com data de divulgação em 30/10/2020, estaria em desconformidade com a lei eleitoral que trata da matéria, consistentes das seguintes irregularidades: a) pergunta constante do questionário destoante do objetivo da pesquisa; b) constituição recente de empresa de pesquisa, com inícios de que teria sido aberta para fins de beneficiar na pesquisa candidato próximo; c) indícios de parcialidade do sócio da empresa de pesquisa com candidato a prefeito da qual demonstra apoio em redes sociais; d) erro no intervalo de confiança e margem de erro a contaminar toda a pesquisa; d) inexistência de assinatura com certificação digital do estatístico responsável). RE6**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
UNIDOS PARA INOVAR 23-CIDADANIA / 15-MDB (RECORRENTE)		BRUNO CESAR PIOVEZAN (ADVOGADO)	
C DO AMARAL PESQUISAS (RECORRIDO)		AUGUSTO MARTINS MACIEL (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20974316	30/11/2020 14:54	Decisão	Decisão

Autos de RECURSO ELEITORAL (11548) nº 0600446-77.2020.6.16.0137
RECORRENTE: UNIDOS PARA INOVAR 23-CIDADANIA / 15-MDB
Advogado do(a) RECORRENTE: BRUNO CESAR PIOVEZAN - PR0074512
RECORRIDO: C DO AMARAL PESQUISAS
Advogado do(a) RECORRIDO: AUGUSTO MARTINS MACIEL - PR0082544
RELATOR: THIAGO PAIVA DOS SANTOS

RELATÓRIO

Trata-se, na origem, de impugnação ao registro de pesquisa de intenção de voto movida por **Coligação unidos para inovar (CIDADANIA/MDB)** em face de **C. Do Amaral Pesquisas**.

Em sede liminar, o juízo *a quo* determinou a suspensão da divulgação dos resultados da pesquisa impugnada (nº PR – 01130/2020), sob pena de multa no valor de R\$ 53.205,00. Não consta nos autos informação de descumprimento.

Em sentença, a impugnação foi julgada improcedente - pela regularidade da pesquisa registrada sob o nº PR – 01130/2020.

Irresignada, **Coligação unidos para inovar (CIDADANIA/MDB)** interpôs o presente recurso eleitoral (id. 17367616).

C. Do Amaral Pesquisas apresentou contrarrazões (id. 17367966).

No dia 15/11/2020, ocorreram as eleições municipais do ano de 2020.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Considerando a superveniência do pleito, esvaziou-se a utilidade da presente demanda; afinal, a pesquisa eleitoral somente possui serventia se divulgada antes da ocorrência das eleições. Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PESQUISA DE INTENÇÃO DE VOTOS. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE RECURSAL. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

I. Precedentes: TRE-PR Rep. 3249-18, Rel. Lourival Pedro Chemim, julgado em 27/10/2014; TRE/PR, MS Nº 3477-90.2014.6.16.0000, Relator: Dr. Josafá Antonio Lemes, 24 de novembro de 2014.

II – O término do período de propaganda eleitoral importa na perda superveniente do interesse recursal, nas representações que versam sobre divulgação de pesquisa eleitoral.

III – O recurso não pode alterar a conclusão da decisão monocrática, pois o pleito eleitoral já



se encerrou no dia 05/10/2014.
[TRE/PR, AgRg-MS nº 453-83, rel. Dr. Lourival Pedro Chemim, j. 06.10.2016; não destacado no original]

Ainda:

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES 2017 – MANDADO DE SEGURANÇA – PESQUISA ELEITORAL – SUPERVENIÊNCIA DAS ELEIÇÕES – PERDA DE OBJETO – EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

1. **Com a superveniência das eleições, não subsiste interesse processual relacionado à divulgação ou não de resultados de pesquisa eleitoral. Precedentes do TRE/PR e do TSE.**

2. Mandado de segurança prejudicado. Processo extinto sem resolução do mérito [TRE/PR, MS 12352 DJe 07.04.2017; não destacado no original].

Sem prejuízo, inexistente a possibilidade de aplicação ou cobrança de multa no presente caso.

Assim, restando prejudicada a análise do mérito, o não conhecimento do recurso é medida que se impõe.

DISPOSITIVO

Forte nessas razões, decido, monocraticamente, pelo NÃO CONHECIMENTO do recurso, nos termos do art. 31, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Curitiba, 28 de novembro de 2020.

THIAGO PAIVA DOS SANTOS
Relator

